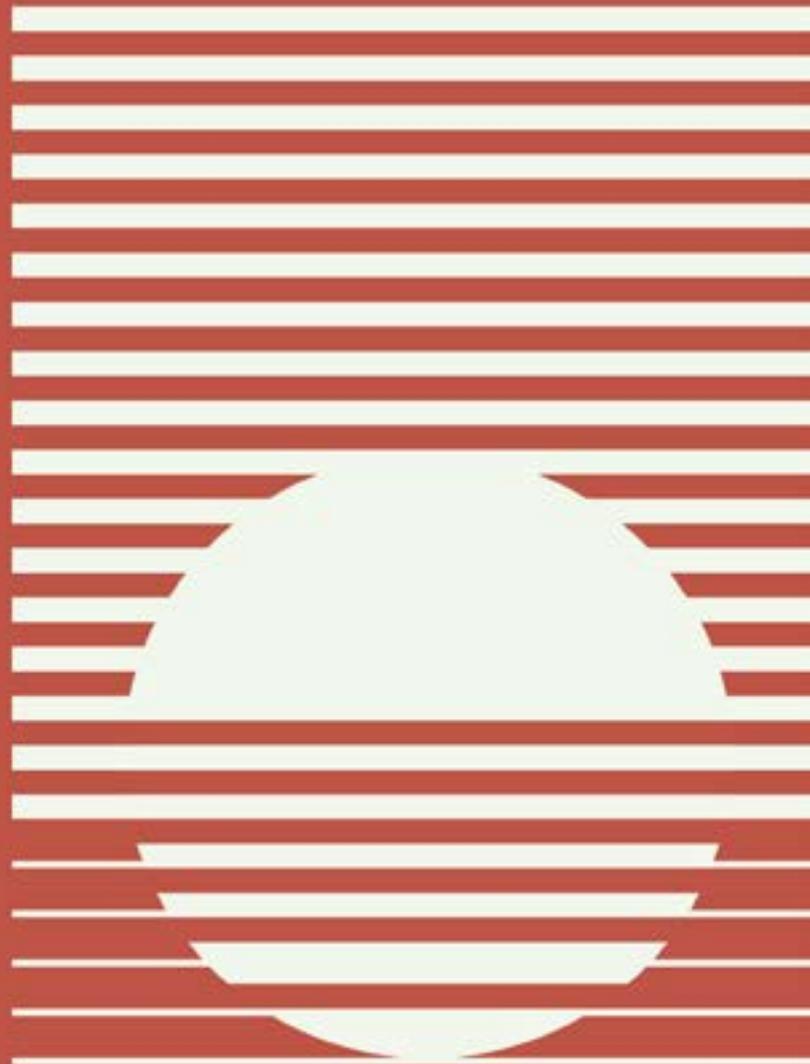


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



04
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Beatriz Maciel Pontes

Editora Adjunta: Giovanna Lucio Monteiro

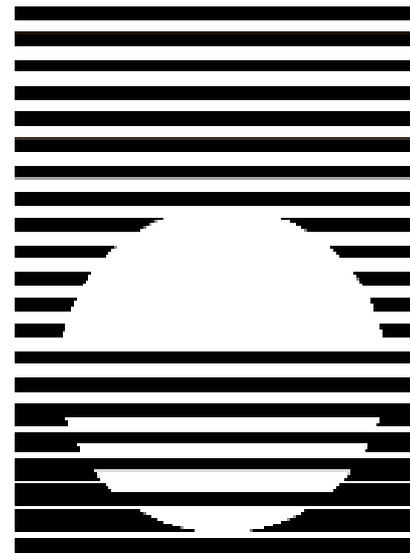
Conselho Editorial: Fernanda, Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição. Leandro Wolpert dos Santos, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil se abstém sobre suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU
Itamaraty reage ao convite do TSE para União Europeia acompanhar eleições
Marcha de mulheres indígenas em Brasília tem repercussão internacional

Página 05

Invasão de garimpeiros à terras indígenas no Brasil gera condenação internacional

Página 06

Ministro das Relações Exteriores turco é recebido com protesto em Montevideú
Chanceler do Paraguai deixa cargo em meio a protestos de diplomatas contra lei consular
Corte Interamericana de Direitos Humanos emite resolução sobre Alberto Fujimori

Página 07

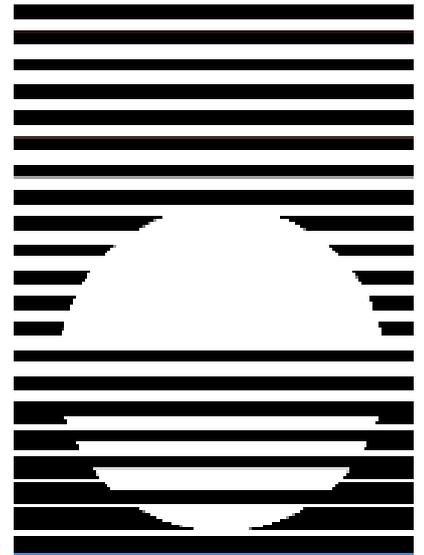
Corte Interamericana de Direitos Humanos condena o Chile por discriminação baseada em orientação sexual
Bolívia busca cooperação com vizinhos em recursos naturais
Bolívia e Chile apresentam suas alegações na CIJ sobre rio Silala

Página 08

Relatórios apontam número recorde de prisões de imigrantes na fronteira do México com os EUA
Estatal russa de energia suspende venda de gás para Polônia e Bulgária

Página 09

Tentativa de atrair Samsung para tornar a Índia um hub global de microcondutores
Ativistas muçulmanas enfrentam conservadorismo e lutam por seus direitos



Brasil se abstém sobre suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU

O Brasil se absteve em votação da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), realizada no dia 07 de abril de 2022, sobre a suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), posicionando-se ao lado de países como Angola, México, Egito e El Salvador. Expressando grave preocupação com a atual crise humanitária e de direitos humanos na Ucrânia, principalmente por conta de um massacre ocorrido na cidade ucraniana de Bucha, a proposta de punição, apresentada e liderada pelos Estados Unidos, recebeu 93 votos a favor, 24 contra e 58 abstenções. Embora a AGNU tenha adotado a resolução, o Brasil, ao lado de países como Angola, México, Egito e El Salvador, absteve-se da votação. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), que antes havia defendido a investigação completa e a apuração de responsabilidades por meio do CDH, justificou a posição na votação alegando que a iniciativa implicaria em polarização e politização das pautas e discussões do órgão. A posição de abstenção marcou uma distinção em relação à manifestada ainda no início de março, quando o país votou a favor da resolução adotada pelo CDH intitulada “Situação dos direitos humanos na Ucrânia em decorrência da agressão russa”. Em todo caso, o MRE salientou que seguirá as diretrizes adotadas pela Organização das Nações Unidas, prezando pelo diálogo e pela paz. Entretanto, a invasão da Ucrânia por parte da Rússia tem intensificado uma série de questionamentos, dentro do governo, ao atual chanceler brasileiro, Carlos França. Embora França tenha pontuado que a agressão à Ucrânia é inadmissível, temas recentes relacionados às posições do Itamaraty em discussões internacionais levantaram rumores sobre a sua possível permanência no cargo. O episódio mais marcante diz respeito ao fato de o país não seguir os países árabes além dos Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido em discussão no dia 25 de abril no Conselho de Segurança que condenava ações terroristas no Oriente Médio. Quando questionado pelo posicionamento, o presidente Bolsonaro mencionou que não havia sido informado pelo chanceler da pauta, manifestando uma ausência de alinhamento anterior, porém ratificou a permanência de França no posto, por ora.

Fontes: [Folha](#), 07/04/22; [Veja](#), 21/04/22; [O Globo](#), 02/05/22; [MRE](#), 07/04/22; [MRE](#), 06/04/22.

Itamaraty reage ao convite do TSE para União Europeia acompanhar eleições

No dia 13 de abril de 2022, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) emitiu nota reagindo às notícias de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidaria, pela primeira vez, a União Europeia (UE) para enviar uma missão de observação às eleições brasileiras, marcadas para outubro de 2022. Na nota, o Itamaraty afirmou que mantém diálogo com o TSE para organizar as sessões eleitorais no exterior e convidar missões de observação internacional. No entanto, no tocante ao convite à UE, o MRE expressou que não é tradição brasileira ser avaliado por organização internacional da qual não faz parte e que o bloco europeu nem sequer envia missões eleitorais para seus próprios Estados-membros. O convite a missões eleitorais pelo TSE faz parte de um esforço do presidente do tribunal, Edson Fachin, de envolver a comunidade internacional nas eleições para garantir respaldo ao processo, diante dos ataques do presidente Bolsonaro e seus aliados. Também foram convidados pelo TSE a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES), a União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Carter Center. Após as objeções feitas pelo MRE, sob suspeitas de pressão do presidente Bolsonaro, o TSE recuou no convite à UE alegando não estarem presentes todas as condições necessárias para viabilizar a missão de observação eleitoral.

Fontes: [G1](#), 11/04/2022; [O Globo](#), 12/04/2022; [Poder 360](#), 13/04/2022; [MRE](#), 13/04/2022; [G1](#), 03/05/2022.

Marcha de mulheres indígenas em Brasília tem repercussão internacional

No dia 8 de abril de 2022, centenas de mulheres indígenas atravessaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, entoando palavras de ordem em defesa dos seus territórios, denunciando violações de direitos humanos, discriminações históricas e a política segregacionista do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. O movimento fez parte do Acampamento Terra Livre (ATL), que desde 2004 é um espaço de articulação social e política dos povos originários, realizado entre os dias 4 e 14 de abril na capital federal. Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar

Territórios e Aldear a Política”, o encontro reuniu aproximadamente 8 mil indígenas e tratou de diversos temas, dentre eles, saúde, economia, educação, igualdade de gênero, conservação da biodiversidade e representação indígena na política institucional. O evento teve ampla repercussão em agências e meios de comunicação internacionais como Reuters, El País, The Guardian, Clarín e AlJazeera que publicaram diversas análises e organizaram fotogalerias do evento, destacando os retrocessos da política ambiental e as violações dos direitos dos povos indígenas no governo de Jair Bolsonaro. No país, a coordenadora executiva do movimento Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara, falou sobre a importância do encontro e, especificamente, da participação das mulheres indígenas. Além de lutar pelo fim da violência e da exploração sexual praticada por garimpeiros que ocupam ilegalmente o território indígena que culminaram, recentemente, na morte de uma jovem yanomami em Roraima e no aumento de denúncias de violações no Amazonas e no Pará - as mulheres indígenas pensam no futuro. Guajajara ressaltou a iniciativa, fomentada pela APIB, de lançar uma bancada indígena ao Congresso Nacional nas eleições deste ano. Em 12 de abril, foram lançadas pouco mais de 30 pré-candidaturas indígenas, a maioria de mulheres, dentre as quais: a de Kerexu Yxapyry, coordenadora executiva da APIB, que disputará uma vaga no Congresso por Santa Catarina, Vanda Witoto, pelo Amazonas, Val Eloy, pelo Mato Grosso do Sul e a Célia Xakriabá, por Minas Gerais.

Fontes: [Reuters](#), 05/04/2022; [Clarín](#), 06/04/2022; [Al Jazeera](#), 07/04/2022; [El País](#), 07/04/2022; [TeleSur](#), 08/04/2022; [APIB Oficial](#), 12/04/2022; [Brasil de Fato](#), 20/04/2022; [The Guardian](#), 22/04/2022; [Uol](#), 26/04/2022.

Invasão de garimpeiros à terras indígenas no Brasil gera condenação internacional

No dia 14 de abril de 2022, a aldeia Karimaa, na Terra Indígena Xipaya, foi invadida por garimpeiros armados. A comunidade Xipaya fica no estado do Pará, norte do Brasil, distante 400 quilômetros da cidade de Altamira. A cacica Juma Xipaya, por meio de redes sociais, divulgou um vídeo denunciando os ataques de garimpeiros às terras indígenas Xipaya. A Hutukara Associação Yanomami (HAY) divulgou, no dia 11 de abril, o relatório “Yanomami sob

ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, denunciando os reiterados ataques de garimpeiros às terras indígenas dos Yanomami, no estado de Roraima. Segundo o relatório, o garimpo ilegal nos territórios Yanomami teve um aumento de 46% em 2021 - tendo, na região, um crescimento de 3.350% entre 2016 e 2020. O relatório também denuncia inúmeras violações de direitos humanos provocadas pelas invasões nas terras indígenas como aliciamento de menores, estupro de meninas e mulheres, assédios sexuais, aumento dos casos de doenças como a malária, subnutrição, exploração laboral, agressões físicas e psicológicas e assassinatos. A Comissão Pastoral da Terra, que também divulgou um relatório no dia 18 de abril sobre os Conflitos no Campo, revelou que no ano de 2021, 101 indígenas da etnia Yanomami morreram em decorrência das ações do garimpo. O Ministério Público Federal (MPF) informou que a Procuradoria Geral da República (PGR) está investigando as identidades dos criminosos armados envolvidos nas invasões. A investigação da PGR foi anunciada após a Operação Guardiã da Floresta apreender uma embarcação e equipamentos de garimpeiros próximo à terra Xipaya, no dia 16 de abril. De acordo com a Survival International, a principal organização de direitos humanos que defende os povos indígenas ao redor do mundo, há um aumento inédito da violência e da destruição do povo Yanomami no Brasil e na Venezuela. De acordo com a organização, no território Yanomami do Brasil a situação é alarmante, e se assemelha a uma zona de guerra. Segundo Survival International, grande parte da invasão dos territórios Yanomami no Brasil é fomentada pela retórica racista do Presidente Bolsonaro e pelas tentativas de subverter a Constituição e legalizar todas as formas de mineração em territórios indígenas. Além de condenar estas ações, a organização recentemente se manifestou em frente a embaixada brasileira em Londres junto com outras ONGs contra a mineração ilegal, a exploração madeireira e a exploração de terras indígenas.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 07/04/2022; [DCM](#), 10/04/2022; [Acervo Socioambiental](#), 11/04/2022; [Poder 360](#), 14/04/2022; [Brasil de fato](#), 15/04/2022; [Carta Capital](#), 17/04/2022; [Uol](#), 18/04/2022; [G1](#), 19/04/2022; [Survival International](#), 21/04/2022.

Ministro das Relações Exteriores turco é recebido com protesto em Montevidéu

Em 23 de abril de 2022, o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, visitou o Uruguai, onde foi recebido por seu par uruguaio, Francisco Bustillo. Durante a visita, foi inaugurada a sede da embaixada da Turquia em Montevidéu e realizadas tratativas entre o Uruguai e a Turquia sobre livre comércio. Entretanto, desde o anúncio da visita, membros da coletividade armênia no país expressaram seu repúdio. A reunião ocorreu um dia antes do marco do genocídio armênio (24 de abril), ocorrido durante o domínio do Império Otomano, há 107 anos. O Uruguai foi o primeiro país a reconhecer o genocídio, em 1965. Anteriormente à visita, representantes da coletividade armênia no Uruguai se reuniram com Bustillo, preocupados com a viagem de Cavusoglu, em um período de luto para o povo armênio. Cavusoglu foi recebido por um protesto de civis na saída de sua reunião com Bustillo. De dentro do carro, o Ministro turco fez um sinal identificado como referência aos Lobos Grises, organização ultranacionalista turca que nega o genocídio armênio. O gesto repercutiu doméstica e internacionalmente. Imediatamente, políticos e entidades uruguaias exigiram um posicionamento do ministro Francisco Bustillo, que repudiou o ato, assim como o presidente do Uruguai, Luís Lacalle Pou. Durante o memorial do genocídio, Lacalle Pou e Bustillo reprovaram novamente o gesto do ministro turco e sublinharam que o Uruguai é um país de harmonia e é isso que se espera de todos que o visitam. Entretanto, a fala de ambos também expressou o pragmatismo do governo Lacalle Pou ao postular que os interesses comerciais antecedem os interesses ideológicos. Por meio de sua conta no Facebook, o consulado da Armênia expressou repúdio.

Fontes: [El Observador](#), 24/04/2022; [Grupo Multimedio](#), 24/04/2022; [La Diaria](#), 24/04/2022; [El Observador](#), 25/04/2022; [El País](#), 25/04/2022.

Chanceler do Paraguai deixa cargo em meio a protestos de diplomatas contra lei consular

No dia 29 de abril de 2022, durante um evento especial realizado na sede do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, o ministro Euclides Acevedo apresentou sua renúncia ao cargo de Chanceler. A razão foi a sua intenção de lançar sua pré-candidatura

à presidência da república do Paraguai nas eleições de 2023. Julio Arriola, ex-representante paraguaio na ONU, assumiu como o novo ministro das relações exteriores e é o quinto a ocupar o cargo durante a presidência de Mario Abdo Benítez, que teve início em 2018. Os funcionários e diplomatas se despediram do ex-ministro dedicando a ele o hino nacional em meio a forte protesto contra o novo projeto de lei consular que se encontra em estudo no Congresso. Os membros do serviço diplomático enfatizaram certas estrofes do hino, realizando uma ação afirmativa não-violenta para marcar posição contra o clientelismo do novo projeto de lei sobre serviço diplomático, como afirmado pela Associação de Funcionários da Carreira Diplomática (ADEP) em suas mídias sociais. Nos últimos dias, a associação expressou sua preocupação com este projeto de lei que está sendo estudado na Câmara. O setor aponta que o projeto busca politizar a chancelaria e, caso seja sancionado, revogará a lei n. 1.335 sobre o Serviço Diplomático e Consular em vigor desde 1999. A preocupação se dá pela possibilidade de inclusão maciça de funcionários sem grandes qualificações na escala administrativa.

Fontes: [La Nación](#), 29/04/2022; [Ultima Hora](#), 29/04/2022; [Ultima Hora](#), 02/05/2022.

Corte Interamericana de Direitos Humanos emite resolução sobre Alberto Fujimori

O mês de abril de 2022 foi marcado por grande repercussão midiática sobre o caso de Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru, após divergência entre decisões do Tribunal Constitucional (TC) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em 17 de março de 2022, o TC do Peru emitiu uma sentença que previa a libertação do ex-presidente Alberto Fujimori. Desde o ano de 2017, Fujimori se encontra preso por violações graves aos direitos humanos, como a promoção de esterilizações forçadas em diversas regiões do país. O TC justificou sua posição a favor da soltura com base no argumento de que Fujimori passa por problemas de saúde, considerando o indulto como uma medida viável. Diante disso, a CIDH realizou uma audiência pública no dia 1 de abril de 2022, e no dia 7 do mesmo mês emitiu uma resolução sobre o caso. O posicionamento da CIDH entrou em divergência com a sentença do TC, declarando que o país deveria se abster quanto à soltura do ex-presidente. No dia seguinte à emissão da resolução, o chanceler César Landa afirmou que

o país seguirá as orientações da Corte, e que Alberto Fujimori permanecerá encarcerado por ter cometido crimes contra a humanidade.

Fontes: [Corte IDH](#), 07/04/2022; [Gestión](#), 08/04/2022; [Diario Correo](#), 08/04/2022; [CNN](#), 08/04/2022; [La Republica](#), 09/04/2022.

Corte Interamericana de Direitos Humanos condena o Chile por discriminação baseada em orientação sexual

No dia 20 de abril de 2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou a sentença relativa ao caso Pavez Pavez Vs.Chile, que estabeleceu a responsabilidade internacional do Estado chileno pela violação dos direitos à igualdade e a não discriminação, à liberdade pessoal, à vida privada e ao trabalho de Sandra Pavez Pavez, que exercia a função de professora de religião católica no colégio municipal Cardenal Antonio Samoré desde 1985. No ano de 2007, o Vicariato para a Educação do Bispado de San Bernardo revogou o seu certificado de idoneidade com base na sua orientação sexual, o que a impediu de exercer sua profissão em qualquer instituição educacional. Sandra Pavez Pavez interpôs recurso contra a decisão junto à corte de apelações de San Miguel que não foi deferida e cuja decisão foi confirmada pela Corte Suprema do Chile. A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos consolidou o entendimento de que a diferença de tratamento baseado na orientação sexual constituiu-se em discriminação e afetou os direitos à liberdade pessoal, à vida privada e ao trabalho. A sentença ainda determinou que o Estado chileno deve promover um ato público reconhecendo a sua responsabilidade internacional, assim como desenvolver um plano de capacitação relacionado à avaliação da idoneidade, além do pagamento de indenização a Sandra Pavez Pavez.

Fontes: [Corte IDH](#), 20/04/2022; [Infobae](#), 20/04/2022; [CNN](#), 21/04/2022; [EFE](#), 21/04/2022.

Bolívia busca cooperação com vizinhos em recursos naturais

No dia 7 de abril de 2022, os governos da Argentina e da Bolívia assinaram um acordo para a comercialização de 14 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural boliviano. O acordo ainda diz que a cifra

pode aumentar durante os períodos de inverno, chegando a 18 milhões de metros cúbicos por dia. Em coletiva de imprensa, Alberto Fernandez e Luis Arce, presidentes argentino e boliviano respectivamente, afirmaram que a Bolívia daria prioridade de ampliação de venda à Argentina, se necessário. O acordo reverte as tendências dos últimos anos de declínio de importações argentinas da Bolívia e se dá em momento de subida dos preços internacionais em função da guerra na Ucrânia. Além disso, o subsecretário argentino de coordenação energética, o ministro boliviano de hidrocarbonetos e energia e a ministra chilena de mineração participaram, no dia 13 de abril, do Fórum Perspectivas del Litio desde América Latina. O objetivo do foro foi identificar possibilidades de desenvolvimento conjunto na produção de lítio e ampliar instrumentos de governança conjunta. Junto com México, que também enviou representantes ao fórum, os países têm 62% das reservas mundiais de lítio. Uma convenção internacional com a participação dos presidentes dos quatro países foi confirmada para este ano sobre a agenda. Por sua utilização em baterias, o lítio é um mineral de importância geopolítica crescente. Em função da guerra da Ucrânia, os fornecimentos de lítio russos alocados no Chile e na Argentina foram suspensos, o que faz com que a Rússia tenha que contar ainda mais com as exportações bolivianas. Ao mesmo tempo, frente à disputa entre Chile e Bolívia na Corte Internacional de Justiça (CIJ) pelo rio Silala, Antonia Urrejola, chanceler chilena, recentemente afirmou que seu país, com quem o Estado boliviano não tem relações diplomáticas, quer buscar uma agenda mais pró-ativa em agendas como recursos hídricos e exploração do lítio.

Fontes: [Reuters](#), 06/04/2022; [Reuters](#), 07/04/2022; [El Deber](#), 13/04/2022; [El Deber](#), 14/04/2022; [El Deber](#), 19/04/2022; [El Deber](#), 26/04/2022.

Bolívia e Chile apresentam suas alegações na CIJ sobre rio Silala

No dia 01 de abril de 2022, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) recebeu representantes do Chile e da Bolívia para discutir a soberania e o uso das águas do rio Silala. Atravessando o território dos dois países, o curso hídrico é o centro de uma disputa histórica na América Latina, intensificada em 2016, quando o Chile abriu uma demanda sobre o caso em Haia. Em um processo que se estendeu por 14 dias, o Chile defendeu que o Silala deveria ser declarado um rio internacional com a garantia do uso razoável e equitativo de suas águas entre os dois países. Na CIJ, os representantes chilenos buscaram, sobretudo, responder a uma das grandes reivindicações

bolivianas de que o curso do Silala teria sido alterado artificialmente para que o rio passasse pelo território do Chile. As contrapartes bolivianas alegam que o Silala é um afluente que nasce em águas subterrâneas e mananciais dentro de seu território, exigindo compensações financeiras do Chile pelo uso das águas fluviais. Após as declarações orais de ambas as partes do processo, as chancelarias esperam que a CIJ julgue o caso nos próximos meses. O presidente da Corte, Joan Donoghue, pediu que as delegações permaneçam disponíveis para eventuais consultas adicionais, porém não estipulou qualquer prazo para a decisão. A expectativa é de que o caso possa ser solucionado de forma pacífica para que Chile e Bolívia possam, finalmente, encerrar essa disputa de mais de duas décadas.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 31/03/2022; [El Mostrador](#), 01/04/2022; [El Deber](#), 06/04/2022; [El Deber](#), 06/04/2022; [El Mostrador](#), 19/04/2022; [Ministério das Relações Exteriores da Bolívia](#), 19/04/2022.

Relatórios apontam número recorde de prisões de imigrantes na fronteira do México com os EUA

No dia 16 de abril de 2022, os jornais relataram que cerca de 210 mil imigrantes foram presos ao tentar atravessar a fronteira entre o México e os EUA no mês de março. Considerando as duas últimas décadas, este foi o maior número de prisões que ocorreram nesta fronteira em um único mês. Geralmente, a maior parte destes imigrantes vêm de países da região, como o México, a Guatemala, Honduras e El Salvador. Contudo, no marco do atual conflito, o número de pessoas que chegam de locais mais distantes, como a Ucrânia e a Rússia, tem aumentado cada vez mais. No ano passado, a quantidade de brasileiros que tentou fazer esta travessia de forma irregular também atingiu números recordes. De acordo com o órgão americano de Alfândega e Proteção de Fronteiras, pelo menos 80 mil brasileiros foram detidos na fronteira entre o México e os EUA ao longo de 2021. Há relatos de que, durante o percurso, estas pessoas ficam nas mãos de atravessadores, sofrem ameaças, abusos sexuais, são sequestradas e também perdem suas vidas. Ademais, após a travessia, milhares de crianças são separadas de seus responsáveis e encaminhadas para abrigos do governo que lidam com um cenário de superlotação. Apesar disso, estes fluxos migratórios seguem crescendo e o atual governo americano espera que

estas tentativas de imigração aumentem ainda mais após o fim de regras implementadas como resposta à pandemia, visto que tais medidas permitiam a rápida deportação de solicitantes de asilo e outros migrantes ao México. Os republicanos, membros do partido do ex-presidente Donald Trump, afirmam que a flexibilização das políticas de imigração após a eleição do democrata Biden é responsável pelo encorajamento, e conseqüente aumento, da imigração irregular.

Fontes: [BBC](#), 22/10/2021; [O Globo](#), 02/04/2022; [CNN](#), 16/04/2022; [BBC](#), 29/04/2022.

Estatal russa de energia suspende venda de gás para Polônia e Bulgária

No dia 27 de abril de 2022, a Gazprom, empresa estatal russa do setor energético, anunciou a suspensão do fornecimento de gás para dois países membros da União Europeia, Polônia e Bulgária. Em nota, a empresa comunicou que, até a noite do dia 26 de abril, ainda não havia identificado o pagamento na moeda russa e que a retomada do fornecimento depende dessa transação. A ação da Gazprom está em conformidade com a decisão do Kremlin de exigir que todo fluxo comercial em torno da exportação de gás se dê em rublo. A medida é uma resposta de Moscou às sanções adotadas contra a Rússia para punir o Kremlin por conta dos ataques à Ucrânia. Temendo o desabastecimento de gás, outros países europeus aceitaram as exigências do Kremlin e estão realizando as importações em rublo, como é o caso da Áustria e da Alemanha. Em coletiva de imprensa, realizada também no dia 27 de abril, o chanceler austríaco, Karl Nehammer, citou a recusa de pagamento em rublo por Polônia e Bulgária e afirmou que a OMV, empresa austríaca de petróleo e gás, está disposta a aceitar as exigências do Kremlin. Para Nehammer, “As condições foram consideradas de acordo com os termos das sanções. Isso foi importante para nós”. O pagamento em rublo está sendo realizado através do Gazprombank, que converte o pagamento em euro para rublo.

Fontes: [TASS](#), 30/03/2022; [TASS](#), 27/04/2022; [TASS](#), 27/04/2022; [RT](#), 27/04/2022.

Tentativa de atrair Samsung para tornar a Índia um hub global de microcondutores

Em 31 de abril de 2022, o governo indiano apreendeu US\$725 bilhões das contas bancárias locais da empresa chinesa de aparelhos eletrônicos Xiaomi. O motivo da apreensão foi a constatação de sonegação de imposto e envio ilegal de dinheiro para o exterior, sob alegação de pagamento de royalties. Este ocorrido reforçou o desejo do governo indiano em ter a Samsung, empresa sul-coreana, na Índia em vez da chinesa. Em conflito com a China há mais de um ano, sobretudo no campo da tecnologia, a Índia já bloqueou alguns aplicativos chineses como o TikTok, mas a Xiaomi é a que mais vende celulares na Índia, seguida da Samsung. Para aumentar a presença da Samsung no país, o governo indiano está tentando atrair a empresa sul-coreana para abertura de uma fábrica para produção de semicondutores, no âmbito da política de atração de empresas deste ramo, implantada desde o início de 2021, a fim de tornar-se um polo de produção de chips. Em 27 de abril de 2022, Rahul Gandhi, político de oposição, criticou o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, na rede social Twitter dizendo que Modi tem “facilidade de expulsar os negócios da Índia” e que o Hate-in-India e o Make-in-India não podem coexistir. Desde 2017, empresas estão saindo em massa do país, dentre elas a Chevrolet, apesar das políticas adotadas pelo governo para atrair empresas globais.

Fontes: [Indian Express](#), 27/04/2022; [Economic Times](#), 28/04/2022; [National Herald India](#), 30/04/2022.

Ativistas muçulmanas enfrentam conservadorismo e lutam por seus direitos

No dia 12 de abril de 2022, após quase uma década de espera, os legisladores da Indonésia aprovaram um projeto de lei sobre violência sexual que causou polêmica no país. Para o Partido Islâmico da Justiça Próspera (PKS, pela sigla em inglês), de ideologia político-partidária conservadora, a lei viola princípios islâmicos e incentiva a liberdade sexual. Por outro lado, ativistas pelos direitos das mulheres, que vêm lutando durante um longo período por essa lei, destacaram que o Partido Conservador Islâmico ameaça liberdades de livre-expressão e de escolha de vida de mulheres indonésias. A lei abrange nove formas de violência, como: sexual, assédio sexual, casamento forçado, contracepção e/ou esterilização forçadas, abuso sexual e escravidão sexual. Por outro lado, no final do mês de abril, o time de Futebol Nacional Feminino do Afeganistão, formado por

afegãs refugiadas na Austrália, jogou sua primeira partida após as jogadoras terem fugido do regime Talibã no ano passado. Na ocasião, as jogadoras se afirmaram como representantes do poder, da força e resiliência de mulheres afegãs e lembraram que, coletivamente, as mulheres podem ser mais fortes do que se imagina. Através da visibilidade do esporte, as jogadoras esperam ser a voz das mulheres silenciadas pelo regime afegão, o qual não permite que meninas frequentem escolas ou universidades e que estejam presentes no mercado de trabalho. No dia 28 de abril, foi publicado que o regime talibã, desde que tomou o poder do país, tem utilizado os direitos das mulheres como barganha. De acordo com a Organização das Nações Unidas, 100% das famílias lideradas por mulheres no país não têm o que comer.

Fontes: [DW](#), 29/04/2022; [CNN](#), 28/04/2022; [NEWSY](#), 28/04/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, três grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

